

Apresentação

O Nordeste na globalização é tema de seminário

Ganhando o Atlântico após a embocadura do Mediterrâneo, o navegante à vela, desde o século XVI, ao ultrapassar o arquipélago de Cabo Verde deparar-se-ia com quatro cursos alternativos: inclinándose para o Oeste, e dependendo da fase do ano, teria ventos e correntes marítimas para a América Central e do Norte; inclinándose num largo arco para o Sudoeste, cruzando a linha do Equador, deparar-se-ia com a costa do continente sul-americano na altura do arquipélago de Fernando de Noronha, daí tendo ventos e correntes para subir ao Maranhão, à Amazônia; inclinándose mais para o Sul, num arco mais fechado, aproximar-se-ia da costa brasileira na altura dos atuais Estados de Alagoas e da Bahia; por fim, fechando mais o arco, sairia em frente ao Rio de Janeiro, que por sinal era ponto de abastecimento na rota das Índias.

Considerando-se que a direção dos ventos inverte-se de seis em seis meses em ambos os Hemisférios, que se tirem as condicionantes geofísicas da colonização portuguesa, por exemplo, a divisão do território em Estado do Maranhão e Estado do Brasil (cada um dos quais com um específico e sazonal roteiro de navegação), e a localização das capitais: São Luis, Salvador, Rio de Janeiro.

Da perspectiva portuguesa, no Nordeste tem origem sustentável a experiência colonizadora na América, arrimada na produção açucareira e na escravidão. Já da perspectiva brasileira, tem origem no Nordeste a nossa experiência civilizatória, na medida em que aqui nos tornamos um povo – negros, brancos e índios, cada qual trazendo seu legado cultural ao patrimônio comum. A agroindústria do açúcar, de modo

diferente da produção cafeeira, tinha por base núcleos estáveis, *mutatis mutandi*, núcleos 'urbanos' estáveis: a Casa Grande e a 'cidade', já que no Brasil, vila, distrito, freguesia sempre foram folclóricos. Nesses núcleos proliferará, por necessidade, uma gama de oficinas e ofícios ligados ao engenho, inclusive a produção de embarcações (veja-se o Recôncavo da Bahia). É nesse ambiente que o escravo, aqui estamos mais falando da mulher negra, pôde ter filho e assistir sua descendência, *produzindo e transmitindo cultura*. De tal modo que hoje há cultura negra brasileira oriunda do Nordeste, da Bahia, de Alagoas, mas não há cultura negra autóctone na área do café: este só arrebanhava homens, machos, cuja vida média era de sete anos, cuja tarefa era desbravar a Mata Atlântica em glebas de mais de 300 hectares, plantar café, e deslocar-se para outras glebas, retornando três anos após para colherem os frutos da primeira lavoura. Os donos das matas (e dos palácios) eram absenteeístas, os barões disso e daquilo, vivendo no Sul ou na Europa.

Extinta a escravidão, extinguiram-se os ciclos que nela se apoiavam, a região não tendo tido condições de saltar, ou evoluir, da exploração escravagista para a exploração capitalista, dado o anacronismo de suas elites, exceção feita a um único representante: Belmiro Gouveia. Nunca se exagera quando se insiste nas deformações dessa aristocracia, tolhida por preconceitos de toda a ordem, principalmente com relação ao trabalho. É nessa passagem que o Nordeste assumirá a função de coadjuvante na estrutura econômica brasileira: - um capitalismo transmigrado em que o Estado, também transmigrado, agindo através de uma classe média, em certos núcleos constituída de imigrantes recentes, por exação e/ou venda dos bens naturais, amealha '*capital em moeda estrangeira*', monta fábricas dessa ou daquela quinquilharia, criando a burguesia, a classe operária, os mercados consumidores, suas áreas de exploração de mão-de-obra e de matéria-prima. E ao Nordeste caberão todas as funções do pólo explorado, mas que hoje dialeticamente ressurge como a raiz do Brasil.

Os *Anais do seminário Os valores nordestinos no universo globalizado brasileiro*, uma realização conjunta da UNESCO, através de sua Representação no Brasil, e do CEBELA, constituem o cerne

deste número de *C&p*, e integram um conjunto de documentos cuja análise às linhas e entrelinhas, ao texto e ao contexto nos abre um mundo de conhecimentos sobre a realidade desta região brasileira. O Seminário teve curso na cidade de Maceió, no Estado brasileiro de Alagoas, nos dias 7, 8 e 9 de março de 2002. Nele há reflexões profundas, que se tornam mais contundentes porque proferidas em tom coloquial, sobre o quadro geopolítico do que se tem chamado de 'globalização' – um momento prenhe de contra-sensos, armadilhas, contradições, de que é exemplo a generalizada indução a partir da mídia e do mercado (uma 'comunidade' contingente, forânea), a que se dissolvam, na consciência das pessoas, aqueles conteúdos que caracterizariam a sua identidade, principalmente a noção de que a terra há gerações lhes pertence. Resulta dessa indução a luta encarniçada entre os Estados do Nordeste, a chamada guerra fiscal, a ver quem mais isenta de impostos, mais prêmios e incentivos concede ao 'capital', para que nesses Estados venham a se instalar empresas estrangeiras, ou empresas do Sul, ou empresas quaisquer.

Artigos

As recentes eleições brasileiras têm aspectos essenciais de seu transcurso analisados por Antonio Albino Canelas Rubim em *Das visibilidades das eleições em 2002: uma reflexão acerca dos enlaces entre política, mídia e cultura*. Entre os pontos notáveis em seu texto estão análises de fatos inerentes à mudança, em relação às eleições de 1998, do comportamento da mídia brasileira quanto ao tratamento noticioso do processo eleitoral: do silêncio à superexposição.

Com a paulatina saída de cena dos governos militares, os meios de comunicação brasileiros, já configurando um contexto de *Idade Mídia*, iniciam a reformatação de nosso processo eleitoral para aquilo que, ressalvada a impropriedade do termo, alguns chamam de a ágora eletrônica. Em 1998, pleito que legitimou o segundo mandato de FHC, que lhe foi adrede concedido para que concluísse o trabalho da agenda neoliberal/FMI, ou seja, as privatizações/concessões, à mídia coube ou

conveio 'calar-se', caracterizando todo o processo eleitoral como 'uma coisa consensual', portanto sem valor noticioso. Realizado o trabalho em favor do capital financeiro forâneo, as regras do jogo exigiam eleições, o desafio de justificar como conveniente a todos o que só beneficiou a alguns. E as massas se manifestaram com a precisão que nesses momentos as caracterizam: não ao continuísmo.

No artigo *Construções nacionais em contexto transnacional: a crise da Argentina pela mídia*, Myrian Sepúlveda dos Santos nos reporta à crise em curso nesse país-irmão. A base filosófica do neoliberalismo, poucas vezes referida nos meios de comunicação quando tratam do tema globalização, merece análise da autora. Essa base filosófica, cara a divulgadores como Soros, insiste em que o grau de contingencialidade hoje inerente à vida de todos nós neste terceiro milênio, imporia a necessidade de nova racionalidade, de nova moralidade, que envolvam elementos como o cálculo e o risco, o mercado e a guerra, a eterna exploração do homem pelo homem, até mesmo o desfazimento de nações. Nova moralidade que inclua "práticas contingentes que substituam formas anteriores de ação guiadas por grandes narrativas e perspectivas utópicas". Com a globalização cairia, segundo a ótica desses 'filósofos' referenciados nesse artigo, o que poderíamos chamar de 'uma virtual ordem jurídica planetária', justificando-se a ação do 'mais forte', isto é, do *único* mais forte, para legar à humanidade uma inquestionável 'ordem possível', consoante seus interesses. O trabalho levanta bases teóricas essenciais à compreensão de aspectos discutidos em outros trabalhos deste número de *C&p*, como, por exemplo, quando nos mostra que a noção de pertencer/identificar-se não depende tanto da experiência vivida quanto da informada.

Francisco das Neves Alves, em *Alegórica república – a nova forma de governo sob o prisma da caricatura: um estudo de caso* – leva-nos ao encontro da caricatura como instrumento da imprensa no Brasil do final do século XIX, momento em que, do ponto de vista tecnológico, a introdução da litografia generaliza o uso desse tipo de ilustração. A caricatura encontra temática fértil no descompasso, na consciência

popular, entre uma específica noção de gestão da coisa pública (ou melhor, um emaranhado de noções embebidas por vias travessas a partir de um núcleo judaico-cristão-iluminista), e a realidade vivenciada de uma inédita forma de governo em que segmentos sociais hegemônicos não só elegem o que cabe a si e à esfera pública real, como também rateiam entre si o que esteja fora ou dentro dessa esfera pública, no que colidem com as linhas de força daquele lastro ideológico judaico-cristão-iluminista. É prenhe de anátemas o discurso do enunciador que está implícito nessas pranchas. A degenerescência da nova forma de governo e sua culpabilização por todos os nossos males, paradoxalmente correria em direção à sustentação do projeto das elites, na medida em que mascarava outra alternativa de compreensão da realidade. Não obstante essa via de interpretação, logo terão início as formas ditatoriais, trazendo a nossa conhecida censura. É um instigante trabalho.

Resenha

Maria Izabel B. M. Oliveira nos faz a resenha de *Para ler os clássicos do pensamento político: um guia historiográfico*, recente livro de Marcos Antônio Lopes, uma incursão ao campo de algumas correntes da historiografia, com destaque para Hannah Arendt e Eric Voegelin (anos 50/60) e para Quentin Skinner (anos 60/80). A entrada de novos porta-vozes – filósofos, historiadores, sociólogos –, em detrimento daqueles economistas arautos do discurso único, é aspecto positivo no mundo pós-11 de setembro. Das proposições cuja teia de argumentos o autor se propõe justificar, o destaque é para as teorias de Hannah Arendt e de Skinner: com a primeira, consegue-se “refundar a política como campo de reflexão sólido e consistente, reconhecido e prestigiado”; com Skinner, injeta-se uma consciência propriamente histórica na história das idéias políticas”.

Ailton Benedito de Sousa

Secretário de C&p